



PARECER COMISSÃO ESPECIAL
PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 6/2022

1. Relatório

Trata-se de Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte de autoria dos vereadores Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Álvaro Damião; Ver.(a) Bella Gonçalves; Ver.(a) Bruno Miranda; Ver.(a) Dr. Célio Frois; Ver.(a) Duda Salabert; Ver.(a) Gilson Guimarães; Ver.(a) Iza Lourença; Ver.(a) Léo; Ver.(a) Macaé Evaristo; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Miltinho CGE; Ver.(a) Pedro Patrus; Ver.(a) Rubão, que " Acrescenta os §§ 5º e 6º ao artigo 193 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte."

Instituída Comissão Especial para apreciação da proposta, fui designado relator e é nesta condição, conforme despacho recebimento às fls. 25 dos autos da Proposta de Emenda à Lei Orgânica, que passo à fundamentação de parecer.

2 . Fundamentação

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica em análise visa acrescentar os §§ 5º e 6º ao artigo 193 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte nos seguintes termos:

"Art. 193 - Incumbe ao Município, respeitadas as legislações federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário municipal.

(...)

§5º — Fica garantida a gratuidade do transporte público coletivo de passageiros no município de Belo Horizonte no primeiro domingo de

CMH DIRLEG-12/dez/22-15:02:19-008353-1



outubro em que forem realizadas eleições, e no último domingo de outubro, nos casos em que houver segundo turno eleitoral.

§6º — O direito de gratuidade ao cidadão no dia da eleição será considerado durante a revisão tarifária, ou outro instrumento contratual equivalente, a fim de apurar e corrigir eventual desequilíbrio resultante da gratuidade prevista no §5º na prestação do serviço.

A proposta trouxe como justificativa:

A presente proposta visa garantir o exercício pleno da democracia por toda a população de Belo Horizonte ao conceder a gratuidade do transporte público coletivo de passageiros nos dias em que forem realizadas as eleições.

Não pode o exercício do direito de voto estar condicionado de qualquer maneira à situação socioeconômica do eleitor, devendo o Poder Público garantir que o pagamento de passagem seja um fator impeditivo da manifestação do voto.

A constitucionalidade da proposta é evidente, uma vez que o transporte público municipal é competência municipal.

[...]

Na justificativa, ficou claro que trata-se de uma medida que vem sendo adotada por diversos municípios, em função de recomendação do Supremo Tribunal Federal na figura do Ministro Luiz Roberto Barroso.

Portanto, após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art.56 e 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1. Da Constitucionalidade

É dever do Poder Legislativo Municipal o controle preventivo antes que uma iniciativa se torne lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Constituição Federal ou à Constituição Estadual integrem o ordenamento jurídico, é o que determina o caput do art. 31 da Constituição Federal:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

A Constituição Federal de 1988, sobre o serviço de transporte coletivo estabelece que:

Art. 30. Compete aos Municípios:

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

A Lei Orgânica é o rege o Município, desta forma o federalismo brasileiro ao contemplar o Município como um de seus entes, concedeu-lhe o direito de auto organização e auto governo, dede que de acordo com os princípios constitucionais, é o que determina o artigo 29 da CF/88:

O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição respectivo Estado e os seguintes preceitos.

Destaco que num primeiro aspecto a proposta apresentada tem amparo constitucional, pois sua matéria se encontra no rol das matérias de competência legislativa dos Municípios, encontrando respaldo no art. 30, inciso V da CF/88, que concede ao mencionado ente federado a prerrogativa de legislar sobre o tema.



Já no seu art. 14 determina sobre os direitos políticos que:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Pelo exposto, concluo pela constitucionalidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica n. 6/2022.

2.2. Da Legalidade

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais e as leis estaduais pertinentes.

A Lei Orgânica de Belo Horizonte estabelece em seu art. 86 que: "A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta: I - de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara". Assim, considerando o número de assinaturas na preposição, verifico que está de acordo com a exigência legal.

Seguindo adiante, verifica-se que a proposição está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta nenhuma violação à legislação vigente sobre o tema, uma vez que visa garantir a locomoção para exercício do direito constitucional de voto.

Sendo assim, concluo pela legalidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica n. 6/2022.

2.3. Da Regimentalidade



Sobre a regimentalidade da proposição, o artigo 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte que dispõe:

“A proposta de emenda à Lei Orgânica poderá ser apresentada conforme as regras de iniciativa previstas no art. 86 da Lei Orgânica”.

Portanto, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica n. 6/2022.

2.5. Do Mérito

As previsões da proposição encontram fundamento constitucional na garantia do direito e dever de voto “com valor igual para todos” (art. 14 da CF/88). Trata-se de um direito fundamental ao sufrágio, que fundamentam no mérito às decisões dos entes públicos de disponibilizar transporte gratuito aos eleitores.

Considerando a extrema desigualdade social no país, o atual contexto de empobrecimento pós pandemia e a obrigatoriedade do voto no Brasil, justifica-se que o Poder Público arque com os custos de transporte.

Necessária a media por iniciativa legislativa, uma vez que existe vedação prevista no art. 10 da Lei 6.091/74, ao proibir a “candidatos ou órgãos partidários, ou a qualquer pessoa o fornecimento de transporte [...] aos eleitores da zona urbana” circunscreve o ilícito à conduta do organizador do transporte, que de forma pessoal disponibiliza ou custeia o deslocamento dos votantes.

Conclusão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Em face do exposto, nos aspectos que compete a esta Comissão examinar, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, do Projeto de Emenda a Lei Orgânica nº 06/2022, bem como opino pela aprovação quanto ao mérito.

Belo Horizonte 06/12/2022.

Vereador Cláudio do Mundo Novo

Vereador Cláudio do Mundo Novo
CM 10202
Secretário Geral da Mesa Diretora